ISSN: 2358-8829

DEMOCRACIA E CIDADANIA

- Ensino de ética e política no Ensino Fundamental -

Janaína Aline dos Santos e Souza [1]
Mônica de Jesus Luciano Greco Vieira [2]

INTRODUÇÃO

A escola desempenha um papel fundamental na formação integral dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico, da responsabilidade e da capacidade de participação na vida coletiva. Nesse contexto, o protagonismo juvenil constitui uma importante perspectiva pedagógica, pois favorece o envolvimento dos estudantes na construção de conhecimentos, na tomada de decisões e na elaboração de projetos de vida, articulando os saberes das diferentes áreas do conhecimento à realidade social em que estão inseridos. Formar cidadãos conscientes, críticos e participativos, capazes de orientar suas ações por princípios éticos e democráticos, representa um compromisso essencial de uma educação voltada à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O ambiente escolar, enquanto espaço de socialização e aprendizagem, possibilita às crianças e aos jovens o desenvolvimento de suas identidades e autonomias por meio das interações estabelecidas com colegas, professores e demais integrantes da comunidade escolar. Essas relações contribuem para a ampliação dos vínculos afetivos, o reconhecimento do outro e a compreensão das diferenças que constituem a sociedade. Ao reunir sujeitos de distintas origens socioculturais, etnias, religiões, costumes e valores, a escola configura-se como um espaço privilegiado para o exercício da convivência democrática, do respeito à diversidade e da construção de conhecimentos que permitam aos estudantes compreender e ressignificar suas experiências individuais e coletivas.

Entretanto, a formação cidadã não se limita à transmissão de conteúdos ou à apresentação de princípios morais abstratos. Ela pressupõe a criação de situações de aprendizagem que estimulem o diálogo, a problematização da realidade, a argumentação

[1] Doutoranda em Educação, na área de Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças, da Universidade de São Paulo – USP/SP, janaina.souza@usp.br;
[2] Especialista em Ensino de Filosofia do Ensino Médio da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP/SP, lucigre27@gmail.com

ISSN: 2358-8829

e a reflexão crítica sobre as relações sociais. Nessa perspectiva, a formação ética e política deve integrar o cotidiano escolar, favorecendo a compreensão dos direitos e deveres dos cidadãos, das contradições presentes na sociedade e das possibilidades de participação individual e coletiva na transformação da realidade.

A ética, compreendida como campo da reflexão filosófica sobre os fundamentos da moral, os valores e os princípios que orientam a ação humana, constitui um referencial importante para a análise das relações entre os indivíduos e a sociedade. Historicamente, suas relações com a política ocupam lugar central no pensamento filosófico. Desde a Antiguidade grega, filósofos como Platão e Aristóteles refletiram sobre a justiça, a virtude e a organização da vida coletiva, relacionando a formação moral dos indivíduos à constituição de uma comunidade política orientada pelo bem comum. Embora suas concepções apresentem diferenças, suas reflexões contribuem para compreender a relevância da ética na discussão sobre a justiça e a responsabilidade política.

A relação entre ética e política, contudo, não se estabelece de maneira automática. As práticas políticas podem entrar em contradição com os princípios de justiça, igualdade e liberdade que fundamentam os ideais democráticos. A corrupção, o uso privado dos recursos públicos, a concentração de poder e a reprodução das desigualdades sociais evidenciam os conflitos existentes entre os interesses particulares e as necessidades coletivas. Essas contradições tornam necessária a reflexão sobre o exercício da cidadania e sobre os mecanismos pelos quais os cidadãos podem acompanhar, questionar e participar das decisões políticas.

Nesse debate, a liberdade assume papel fundamental, especialmente quando compreendida em sua dimensão individual e coletiva. O exercício da liberdade envolve a possibilidade de expressar opiniões, formular questionamentos, defender direitos e participar de ações que contribuam para a transformação social. Entretanto, essa liberdade não pode ser dissociada da responsabilidade e do reconhecimento dos direitos dos demais indivíduos. Sua efetivação depende de condições sociais e políticas que permitam a participação dos diferentes grupos sociais, sem que as desigualdades econômicas, culturais e históricas determinem quem pode exercer plenamente seus direitos.

A esse respeito, Marilena Chauí (2000, p. 470) problematiza a contradição entre os valores proclamados por uma sociedade e as condições concretas que impedem sua realização. A autora destaca que o reconhecimento dessa contradição constitui um momento importante da liberdade e da vida ética, na medida em que possibilita questionar

ISSN: 2358-8829

a realidade existente e buscar alternativas para sua transformação. Essa perspectiva contribui para compreender que a formação ética não deve se restringir à aceitação de normas previamente estabelecidas, mas precisa favorecer a capacidade de identificar injustiças, questionar práticas naturalizadas e construir possibilidades de mudança.

A democracia, por sua vez, constitui um regime político no qual a participação popular e o reconhecimento dos direitos políticos são elementos fundamentais. Sua origem histórica remonta à experiência da democracia ateniense, desenvolvida na Grécia Antiga, embora restrita a uma parcela da população, excluindo, entre outros grupos, mulheres, pessoas escravizadas e estrangeiros. Essa experiência permite problematizar tanto as transformações históricas do conceito de democracia quanto os limites de sua realização em diferentes sociedades. A comparação entre a democracia antiga e a contemporânea favorece a compreensão de que os direitos políticos e a participação cidadã resultam de processos históricos e de disputas em torno da ampliação da igualdade e da liberdade.

No Brasil, a democracia constitucional assegura direitos políticos e mecanismos de participação e contestação, entre os quais se destaca o voto. Contudo, a existência de instituições democráticas não elimina, por si só, as desigualdades sociais nem garante a participação efetiva de todos os cidadãos nas decisões coletivas. A concentração de recursos econômicos e políticos, as diferentes condições de acesso à informação e à educação e a persistência de práticas discriminatórias podem limitar o exercício da cidadania. Por essa razão, compreender a democracia exige ultrapassar sua definição como simples procedimento eleitoral, considerando também as condições necessárias para a participação crítica, o reconhecimento das diferenças e a defesa dos direitos fundamentais.

Nesse sentido, a educação assume uma função decisiva na formação de sujeitos capazes de compreender as relações entre ética, política e democracia. O acesso ao conhecimento e o desenvolvimento da autonomia intelectual podem contribuir para que os estudantes analisem criticamente as informações que recebem, reconheçam os mecanismos de produção e reprodução das desigualdades e questionem discursos que naturalizam preconceitos e relações de dominação. Isso não significa orientar os estudantes à adesão a determinadas posições políticas, mas criar condições para que construam suas próprias interpretações, fundamentem seus argumentos e desenvolvam a capacidade de dialogar com diferentes perspectivas.

ISSN: 2358-8829

Cabe ao professor, portanto, promover situações pedagógicas que articulem os conhecimentos históricos, filosóficos e sociais às experiências vivenciadas pelos estudantes. A abordagem de temas como ética, moral, política, democracia e cidadania pode favorecer a compreensão das relações entre os processos históricos e os problemas contemporâneos, estimulando a participação responsável e o compromisso com a vida coletiva. Para tanto, é necessário desenvolver estratégias didáticas que valorizem a investigação, o debate, a análise de diferentes fontes e a construção coletiva do conhecimento, respeitando a pluralidade de ideias e assegurando um ambiente de aprendizagem fundamentado no diálogo e na argumentação.

A formação cidadã, nessa perspectiva, não deve permanecer restrita aos conteúdos curriculares ou às normas institucionais. Ela se concretiza nas práticas cotidianas, nas relações interpessoais, na participação dos estudantes e nas oportunidades de reflexão sobre os desafios da comunidade em que vivem. A escola, especialmente quando inserida em contextos marcados por desigualdades sociais, pode constituir um espaço de ampliação das possibilidades de compreensão da realidade e de reconhecimento dos estudantes como sujeitos de direitos, capazes de participar da construção de alternativas para os problemas que os afetam individual e coletivamente.

Diante dessas considerações, este artigo tem como objetivo discutir as contribuições de uma sequência didática interdisciplinar voltada à articulação entre ética, política, democracia e cidadania no contexto escolar, considerando seu potencial para favorecer o protagonismo juvenil, o pensamento crítico e a formação de sujeitos participativos. Busca-se, particularmente, refletir sobre as possibilidades de comparação entre diferentes concepções históricas de democracia e sobre a importância de relacionar os conhecimentos filosóficos e políticos às experiências sociais dos estudantes, incentivando o questionamento das desigualdades, dos preconceitos e das contradições presentes na sociedade contemporânea.

Parte-se do entendimento de que o desenvolvimento da consciência cidadã exige processos educativos contínuos, planejados e vinculados à realidade dos estudantes. Assim, a proposta de uma sequência didática que articule conhecimentos teóricos, análise crítica e participação pode contribuir para a construção de aprendizagens significativas, para o fortalecimento da autonomia e para a compreensão da democracia como uma prática que demanda responsabilidade, diálogo e participação social. Desse modo, a escola reafirma seu compromisso com uma formação humana integral, orientada pelo

ISSN: 2358-8829

respeito à diversidade, pela valorização da liberdade e pela busca de relações sociais mais justas e democráticas.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O artigo caracteriza-se como um relato de experiência pedagógica, de caráter descritivo e reflexivo, fundamentado em uma sequência didática interdisciplinar, focada nas disciplinas de história e língua portuguesa de turmas do sexto e oitavo ano de duas escolas estaduais paulistas - Escola Estadual Reverendo Erodice Pontes de Queiroz, localizada no extremo sul da capital de São Paulo, em área periférica e semirrural, e Escola Estadual Professor José Geraldo de Lima, pertencente ao Programa de Ensino Integral (PEI), também localizada na zona sul da cidade, mas em bairro com menores índices de vulnerabilidade social.

A sequência foi organizada em quatro etapas, estruturadas de modo progressivo, partindo do levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes e avançando para atividades de pesquisa, debate, elaboração de propostas e simulação de participação eleitoral. As estratégias incluíram rodas de conversa, pesquisas orientadas, discussão coletiva, trabalho em grupo, produção de jingles, apresentação oral e análise de resultados eleitorais por meio de gráficos.

A primeira parte teve como objetivo introduzir os conceitos de democracia e cidadania. A partir da apresentação da proposta, foi prevista uma roda de conversa para identificar os conhecimentos prévios dos estudantes e estimular a expressão de suas opiniões. Ao final, foram propostas pesquisas sobre os conceitos centrais da sequência.

Na segunda etapa, os resultados das pesquisas serviram de base para a discussão sobre a origem histórica da democracia, a experiência ateniense e a democracia brasileira. Também foram abordadas a cidadania, a participação política e a influência da linguagem e dos diferentes discursos na formação do senso comum. Como atividade preparatória para a etapa seguinte, os estudantes foram orientados a pesquisar os partidos políticos, suas funções e as noções de esquerda, direita e centro.

O terceiro momento concentrou-se na compreensão dos partidos e das ideologias políticas. A turma foi dividida em cinco grupos, cada um responsável pela criação de um partido fictício, com orientação ideológica, candidatos à presidência e à vice-presidência, propostas políticas e um jingle. Os grupos apresentaram suas ideias, participaram de

ISSN: 2358-8829

debates e discutiram possibilidades de articulação entre as propostas. A atividade também previa a revisão das propostas e a seleção daquelas consideradas prioritárias para a etapa final.

Na última etapa foi realizada a simulação de um processo eleitoral no ambiente escolar. Os candidatos apresentaram seus jingles e propostas, formularam perguntas entre si e responderam aos questionamentos dos demais estudantes. Após as considerações finais, ocorreu a votação, seguida da contagem dos votos e da elaboração de um gráfico com os percentuais obtidos. Essa etapa buscou articular a compreensão dos mecanismos eleitorais à reflexão sobre representação, argumentação e participação coletiva.

A avaliação foi concebida como processual, considerando a participação nas discussões, a interação entre os integrantes dos grupos, a realização das pesquisas, a elaboração das propostas e o desenvolvimento das apresentações orais. Também foram previstas habilidades relacionadas à interpretação de informações, à formulação de argumentos, à expressão de opiniões e à leitura e construção de gráficos.

A análise apresentada neste artigo baseia-se na descrição da proposta e nas considerações registradas no trabalho original. Como não houve instrumentos sistemáticos de coleta de dados, tais como questionários antes e depois da atividade, entrevistas ou registros quantitativos de aprendizagem, a discussão dos resultados tem caráter qualitativo e reflexivo, sem pretensão de mensurar a eficácia da sequência didática, embora tenha alcançado e superado as expectativas dos processos de ensino e aprendizagem.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ética, política e vida em sociedade

A ética e a política são dimensões fundamentais da reflexão filosófica sobre a convivência humana. Enquanto a ética problematiza os valores e os princípios que orientam as ações, a política envolve as formas de organização da vida coletiva, as relações de poder e as decisões relativas aos interesses comuns. Embora possam ser analisadas separadamente, essas dimensões se relacionam quando se discutem as responsabilidades individuais e coletivas na construção de uma sociedade justa.

Na filosofia antiga, a reflexão sobre a vida política esteve vinculada à investigação sobre a justiça e a organização da cidade. A discussão sobre a formação do cidadão e a

ISSN: 2358-8829

finalidade da comunidade política permite problematizar o papel dos indivíduos na vida coletiva e as responsabilidades daqueles que participam das decisões públicas. Cornelli (2013), ao abordar a relação entre ética e tragédia em Platão, integra o conjunto de discussões filosóficas que permite explorar os vínculos entre pensamento, ação e vida política.

Na sociedade contemporânea, a relação entre ética e política permanece relevante diante dos conflitos de interesses, das desigualdades e dos questionamentos sobre a atuação das instituições e dos representantes públicos. Ribeiro (2013) contribui para o debate sobre ética e política na modernidade, enquanto Nascimento (2013) aborda as relações entre capitalismo, moral e política. Esses temas oferecem possibilidades para que os estudantes investiguem como valores, interesses econômicos e relações de poder influenciam a organização social.

No contexto escolar, a abordagem dessas questões não deve se limitar à transmissão de definições. É importante criar situações em que os estudantes possam formular perguntas, confrontar argumentos e relacionar os conceitos filosóficos às experiências sociais. A reflexão ética, nesse sentido, favorece a análise das consequências das ações e a discussão sobre os critérios que orientam as escolhas individuais e coletivas.

Democracia, cidadania e participação política

A democracia envolve formas de organização política nas quais a participação popular e a legitimidade das decisões coletivas ocupam lugar central. Sua compreensão exige considerar tanto os mecanismos institucionais de representação quanto as possibilidades de participação dos cidadãos na discussão dos assuntos públicos.

A experiência democrática da Atenas antiga constitui uma referência histórica importante, mas deve ser analisada considerando suas particularidades e limitações, especialmente no que se refere à exclusão de parcelas significativas da população da participação política. A comparação entre essa experiência e a democracia brasileira permite discutir as transformações históricas do conceito de cidadania, as formas de representação e os desafios relacionados à ampliação dos direitos.

Werle (2013), ao abordar teorias contemporâneas da democracia, oferece uma referência para a discussão sobre diferentes concepções democráticas. A partir desse debate, torna-se possível compreender que a democracia não se resume a um

ISSN: 2358-8829

procedimento eleitoral: envolve também conflitos, negociação, participação e construção de decisões coletivas.

A cidadania, por sua vez, relaciona-se ao reconhecimento de direitos, ao cumprimento de responsabilidades e à participação na vida social. Seu exercício pressupõe condições para que os indivíduos compreendam os problemas coletivos, expressem suas opiniões e intervenham, de diferentes maneiras, na realidade em que vivem.

A escola pode contribuir para essa formação ao oferecer experiências que envolvam diálogo, escuta, argumentação e negociação. A discussão sobre partidos políticos, ideologias, propostas de governo e representação permite aproximar os conteúdos curriculares de situações concretas, favorecendo a compreensão dos processos de decisão e dos interesses que atravessam a vida pública.

Ensino de ética e política associados ao protagonismo juvenil

O ensino de ética e política no ensino fundamental pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia intelectual quando favorece a problematização de ideias, a análise de argumentos e a construção de posicionamentos fundamentados. Nessa perspectiva, o aprender não significa apenas memorizar conceitos, mas exercitar o pensamento crítico diante de questões históricas, políticas, éticas e sociais.

O protagonismo juvenil, no âmbito escolar, relaciona-se à possibilidade de os estudantes participarem ativamente dos processos de aprendizagem, assumindo responsabilidades, formulando propostas e colaborando na construção de soluções para questões coletivas. Essa participação não elimina a mediação docente; ao contrário, exige planejamento, orientação e condições para que diferentes opiniões sejam expressas e analisadas de forma respeitosa.

A sequência didática apresentada neste artigo foi concebida com essa finalidade. Ao propor a criação de partidos fictícios, a elaboração de propostas para a comunidade escolar, a realização de debates e uma votação simulada, a atividade procura aproximar os conceitos filosóficos das práticas de participação política.

A experiência também permite explorar a dimensão coletiva das decisões democráticas. A necessidade de defender propostas, ouvir críticas, negociar alianças e reconhecer prioridades comuns oferece oportunidades para discutir os limites dos interesses individuais e a importância da construção de acordos. Dessa forma, o espaço

ISSN: 2358-8829

escolar pode funcionar como ambiente de aprendizagem das práticas democráticas, sem perder de vista a necessidade de analisar criticamente suas contradições.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sequência didática desenvolvida e aplicada nas duas escolas foi uma experiência positiva, com envolvimento das turmas participantes e repercussões percebidas na comunidade escolar. Destaca-se a participação dos estudantes nas atividades coletivas, a possibilidade de trabalhar diferentes posicionamentos políticos durante a elaboração das propostas, além da parceria entre as professoras de português e história.

Essas observações permitem discutir algumas contribuições pedagógicas da experiência, especialmente no que se refere à articulação entre os conceitos de ética e política no ensino fundamental e as práticas de participação. É importante, contudo, considerar que os resultados apresentados decorrem da avaliação qualitativa da experiência, não de uma investigação com indicadores sistemáticos de aprendizagem.

Articulação entre teoria e prática

Um dos aspectos centrais da proposta foi a aproximação entre o estudo conceitual da democracia e a vivência de procedimentos relacionados à participação política. As pesquisas e os debates iniciais ofereceram a base para a atividade de criação dos partidos fictícios, permitindo que os estudantes mobilizassem os conceitos discutidos ao elaborar propostas e defender posicionamentos.

A simulação eleitoral também possibilitou trabalhar diferentes dimensões da democracia: a apresentação de ideias, a disputa argumentativa, a formulação de perguntas, a escuta de opiniões divergentes e a escolha entre propostas. Assim, a aprendizagem foi planejada para ultrapassar a compreensão abstrata de conceitos e incluir sua aplicação em uma situação coletiva.

A atividade de elaboração de propostas voltadas à comunidade escolar apresenta especial relevância nesse processo. Ao considerar questões próximas de sua realidade, os estudantes podem reconhecer que a participação política também envolve identificar problemas, estabelecer prioridades e discutir alternativas de ação. Essa aproximação pode contribuir para tornar os conteúdos filosóficos mais significativos, desde que acompanhada de mediação docente e reflexão crítica.

ISSN: 2358-8829

Argumentação, diálogo e convivência com as diferenças

Outro aspecto relevante foi a organização de situações que exigiam a exposição e a defesa de ideias. A criação dos partidos fictícios e os debates entre candidatos demandavam que os grupos justificassem suas propostas e respondessem a questionamentos. Essas atividades se relacionam aos objetivos de desenvolver a argumentação oral, a capacidade de escuta e a análise de diferentes posicionamentos.

O trabalho original destaca que estudantes com tendências políticas distintas conseguiram atuar conjuntamente no desenvolvimento das atividades. Esse registro sugere que a proposta criou oportunidades de convivência e cooperação entre participantes com opiniões diferentes. Embora essa observação não permita generalizações sobre todos os estudantes ou sobre mudanças duradouras em suas atitudes, ela aponta para a importância de práticas pedagógicas que favoreçam o diálogo sem exigir uniformidade de pensamento.

A mediação docente é fundamental para que o debate não se reduza à disputa entre grupos. Cabe ao professor estabelecer condições de participação, incentivar a fundamentação dos argumentos e promover o respeito às diferenças, sem direcionar os estudantes a uma posição político-partidária específica. O objetivo pedagógico é favorecer a análise crítica das ideias, e não a adesão a determinada orientação ideológica.

Protagonismo juvenil e participação democrática

A distribuição de responsabilidades entre os grupos permitiu que os estudantes participassem de diferentes etapas da atividade: pesquisa, definição de propostas, elaboração de materiais de campanha, apresentação pública e votação. Esse percurso oferece uma experiência de protagonismo juvenil na qual os participantes são chamados a tomar decisões, organizar tarefas e responder coletivamente pelos resultados do trabalho.

A votação simulada, por sua vez, constituiu uma oportunidade para discutir a representação política e os procedimentos eleitorais. A contagem dos votos e a construção de gráficos também permitiram estabelecer uma relação interdisciplinar com a Matemática, ao trabalhar dados e percentuais em um contexto socialmente significativo.

Essas atividades mostram o potencial de propostas interdisciplinares que articulam reflexão filosófica, comunicação oral, organização coletiva e leitura de informações. Ao mesmo tempo, a simulação não substitui a análise crítica das instituições e dos processos

ISSN: 2358-8829

políticos reais. Seu valor pedagógico depende da reflexão sobre as diferenças entre o exercício realizado na escola e a complexidade da participação democrática na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências vivenciadas durante o desenvolvimento da sequência didática evidenciaram o potencial dos projetos interdisciplinares para promover o engajamento dos estudantes e ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental. A articulação entre diferentes áreas do conhecimento possibilitou aproximar os conteúdos escolares das questões sociais, culturais e políticas, favorecendo a reflexão crítica, a autonomia intelectual e a construção compartilhada de saberes. Os resultados alcançados superaram as expectativas iniciais, envolvendo não apenas as turmas participantes, mas também outros segmentos da comunidade escolar, o que demonstra a relevância de práticas pedagógicas que ultrapassem os limites da sala de aula e valorizem o diálogo, a cooperação e a participação coletiva.

A proposta também reafirmou a importância de abordar democracia e cidadania desde os anos iniciais da formação escolar. Compreender a democracia implica reconhecer que ela não se restringe às instituições políticas e aos processos eleitorais, mas depende da participação social, da garantia de direitos, do respeito às diferenças e do enfrentamento das desigualdades. Em um cenário marcado pela intolerância, pela circulação de discursos autoritários e por ameaças aos princípios democráticos, torna-se fundamental desenvolver uma consciência histórica e política que permita aos estudantes compreender os processos de construção da democracia, os impactos da ditadura militar brasileira e os desafios de sua preservação na sociedade contemporânea.

Nesse percurso, as perspectivas multicultural, decolonial, sócio-histórica e queer contribuíram para ampliar a compreensão da diversidade e das relações de poder presentes na sociedade. O multiculturalismo e o pensamento decolonial possibilitam reconhecer diferentes identidades, culturas e formas de conhecimento, questionando hierarquias historicamente estabelecidas e valorizando saberes indígenas, afro-brasileiros e de grupos socialmente marginalizados. A abordagem sócio-histórica, por sua vez, compreende a aprendizagem como um processo construído nas interações sociais, na mediação pedagógica e nas experiências coletivas, reconhecendo os estudantes como

sujeitos ativos na produção do conhecimento. Já a perspectiva queer favorece a problematização das normas relacionadas a gênero, sexualidade e identidade, contribuindo para o enfrentamento da discriminação, da LGBTfobia e de outras formas de exclusão.

Dessa forma, a experiência desenvolvida demonstra que uma educação comprometida com a formação cidadã precisa considerar a pluralidade de sujeitos, histórias e experiências que constituem a sociedade. Mais do que transmitir conteúdos, cabe à escola criar espaços de escuta, diálogo e problematização da realidade, nos quais os estudantes possam desenvolver o pensamento crítico, reconhecer seus direitos e compreender suas responsabilidades coletivas.

Conclui-se, portanto, que a interdisciplinaridade, articulada às perspectivas teóricas apresentadas, constitui um caminho significativo para uma educação democrática, inclusiva e socialmente comprometida, capaz de contribuir para a formação de sujeitos conscientes, participativos e preparados para atuar na construção de uma sociedade mais justa, plural e equitativa.

Palavras-chave: Democracia; Cidadania; Ensino Fundamental; Interdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena, Convite à Filosofia. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

CORNELLI, Gabriele. Ética e Tragédia em Platão. In: CARVALHO, Marcelo. CORNELLI, Gabriele (org.). Filosofia: estética e política. Volume 3. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013, p.43-57.

NASCIMENTO, Rodnei Antônio do. Capitalismo, Moral e Política. In: CARVALHO, Marcelo. CORNELLI, Gabriele (org.). Filosofia: estética e política. Volume 3. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013, p.p. 71-81.

RIBEIRO, Renato Janine. Ética e Política na Modernidade. In: CARVALHO, Marcelo. CORNELLI, Gabriele (org.). Filosofia: estética e política. Volume 3. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013, p.61-68.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. Tutoria e Orientação de estudos: Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio – caderno do professor. São Paulo: SE, 2014.

WERLE, Denílson Luís. Teorias contemporâneas da democracia. In: CARVALHO, Marcelo. CORNELLI, Gabriele (org.). Filosofia: estética e política. Volume 3. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013, p.83-104.